



## **Ainda naufragadas em um oceano de machos Balanço das eleições municipais e desempenho das mulheres candidatas**

*\* Neste artigo, usamos o símbolo @ para o feminino e masculino, quando falamos dos dois sexos. Exemplo: candidat@ significa candidata mulher ou candidato homem.*

As eleições municipais de 2016 acabaram em 30 outubro. Com 100% dos votos apurados, temos algumas ferramentas para analisar como as mulheres se saíram neste pleito. Nossa análise tem como base resultados eleitorais do 1º e 2º turnos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral em seu sítio eletrônico.

Em relação às eleições anteriores, houve tímido aumento de mulheres candidatas e eleitas em todos os cargos, manutenção da feminização do eleitorado e crescimento sustentado do número de eleitor@s.

Contudo, o diagnóstico geral do processo eleitoral é que foram mantidas as características que marcaram o último pleito municipal. As interdições às mulheres, à população negra e às/aos jovens ficam evidenciadas pelos dados que comprovam a fraca performance desses grupos ao fim do pleito (representação descritiva, ou presença). Eles não só foram sub-representados, mas o foram em níveis absolutamente mais baixos que sua presença na sociedade.

Por esse motivo, retomamos o mote que utilizamos em nossa análise de duas eleições atrás: “Náufragas em um oceano de machos”, a frase que o escritor uruguaio Eduardo Galeano utilizou para descrever as legisladoras de seu país. Esta é uma excelente forma de definir o panorama da representação feminina na região e em nosso país. O Brasil, com 9,9% de deputadas federais, está em 155º num ranking de 193 países e em último na América do Sul, segundo a União Inter-Parlamentar<sup>1</sup>. As mulheres são somente 3,9% d@s governador@s, 11,4% d@s deputad@s estaduais, 14% d@s senador@s e, a partir de agora, 13,5% d@s vereador@s e 11,6% d@s prefeit@s, como mostra o gráfico 1.

Como havíamos previsto no texto anterior, o leve aumento no número de candidaturas femininas não implicou em um aumento das eleitas (situação semelhante a 2012). Cabe agora observar se houve avanço na representação substantiva (ideias, plataformas, políticas públicas) das mulheres e negr@s. Observações nesse sentido serão possíveis na última semana de novembro, quando lançaremos uma análise das plataformas de gênero de prefeit@s eleit@s nas capitais dos estados brasileiros e discutiremos as propostas de reforma política que estão sendo apresentadas por grupos da sociedade civil organizada.

Nas próximas páginas e nas tabelas disponíveis em nosso site, @ leitor/a encontrará uma análise das eleições que leva em as seguintes dimensões: partido, unidade federativa, faixa etária e raça/cor, sempre comparando candidaturas de homens e

---

<sup>1</sup> <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>

mulheres. A base deste texto é o conjunto de dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que foi coletado em seu site, no dia 1/11/2016.



#### ANÁLISE 1: Vereadoras eleitas

##### 2016

- Foram eleitas 7.786 mulheres (13,5% do total de vereador@s eleit@s) e 49.806 homens (86,5%), totalizado 57.592 eleit@s.

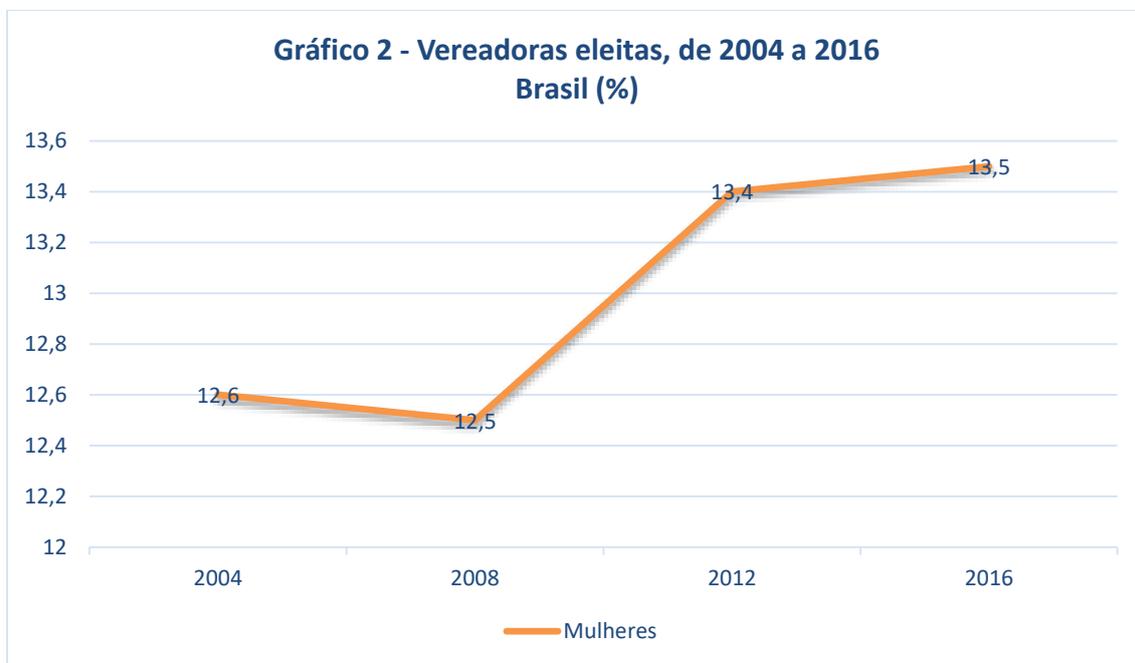
##### 2012

- Foram eleitas 7.634 mulheres (13,4% do total de vereador@s eleit@s) e 49.538 homens (86,6%), totalizando 57.172 eleit@s.

**Constatação:** Constata-se, em 2016, um aumento de 152 mulheres eleitas em relação às eleições de 2012 – incremento que representou somente 0,1 ponto percentual. Em termos percentuais, verificamos uma queda nas mulheres eleitas de 2004 para 2008, um crescimento de quase um ponto percentual em 2012 em relação a 2008 e, finalmente, elevação bastante tímida em 2016.

O avanço foi bem menor do que o observado no pleito anterior: em 2012, houve aumento de 1.126 mulheres e 4.081 homens eleit@s em relação às eleições de 2008 - o crescimento percentual de mulheres eleitas foi 17,3%, enquanto o crescimento

percentual de homens eleitos foi de 9%. Como mostra o gráfico 2, em mais de uma década, a elevação do percentual de mulheres foi de menos de um ponto.



O que os dados têm apontado é que os partidos políticos estão respeitando a cota imposta pela lei eleitoral. Nas duas primeiras versões do instrumento (lei 9.100/95 e lei 9.504/97), os partidos lançavam mão de uma cláusula de escape: o texto da lei permitia cada partido ou coligação a registrar candidatos em até 150% do número de lugares a preencher, dando a eles a possibilidade de apresentar uma lista completa de candidatas sem incluir sequer uma mulher e sem violar a regra. Com a ausência de penalidades, as cotas não eram corretamente aplicadas, dando um efeito de caráter simbólico, não efetivo, à legislação.

Isto mudou nas eleições municipais de 2012, quando, pela primeira vez, os partidos respeitaram a lei de cotas, devido à reforma do texto em 2009 e às ameaças da Justiça Eleitoral de impugnação de candidaturas masculinas com vistas a manter a proporção 30%-70% exigida por lei (como já foi explicado no texto de análise anterior). Contudo, naquele pleito, surgiu um novo problema, que é o que nos preocupa agora: a inscrição de candidatas laranja. Mas não seria um avanço termos um maior número de mulheres candidatas em eleições municipais? É um avanço no que se refere à implementação formal da cota e à candidatura de mulheres, mas que não necessariamente resolve o



problema da sub-representação política delas ou demonstra mudanças na cultura política. Observamos que se ampliou o espaço de representação das mulheres, pois houve um percentual elevado de candidatas, mas o número de eleitas não o acompanhou na mesma proporção. Tememos que a obrigatoriedade das cotas não altere a forma como se faz política eleitoral, permanecendo limitada ao aspecto formal e numérico, incluindo mulheres “só para constar”. Apesar das cotas, os partidos não investem capital financeiro e político em candidaturas de mulheres. Então, o incremento de candidaturas não se traduziu em mais mulheres eleitas (ver gráfico 5). Como o fenômeno ocorreu também em 2012, arriscamo-nos a afirmar que está se desenvolvendo um novo padrão.

### Estados

Em relação ao percentual de vereadoras nos Estados brasileiros, há variação de quase 12 pontos, sendo o menor índice do Rio de Janeiro (9,2% da Câmara Municipal) e o maior, do Rio Grande do Norte (21,1%). Em 2012, essa diferença era mais suave. A variação ia de 13,6% (Santa Catarina) a 20,4% (Rio Grande do Norte). No momento das candidaturas, ao contrário, havíamos observado homogeneidade: o menor índice foi 32,2% (Pernambuco) e o maior, 34,3% (Tocantins).

Igual ou abaixo da média nacional, encontram-se: RN (21,1%), AP (18,2%), MA (17,5%), PI (16,7%), RS (16,4%), CE (16,3%), SE (16,2%), TO (15,6%), AL (14,8%), PA (13,9%), PB (13,8%), AC (13,5%), MT (13,5%) e SC (13,5%).

Abaixo da média, colocam-se: MS (13,1%), RR (13,1%), AM (13,1%), GO (12,7%), PE (12,5%), SP (12,3%), PR (12,3%), BA (12,3%), MG (10,9%), RO (10,4%), ES (9,3%) e RJ (9,2%).

Os estados que, nas últimas eleições ficaram acima da média nacional (13,4%) e assim se mantiveram foram: SC, AC, RS, PB, SE, PA, AL, TO, PI, CE, MA, AP e RN.

Dois estados caíram para baixo da média: MS, RR.

Mantiveram-se, ainda em relação a 2012, abaixo da média: ES, RJ, MG, PR, SP, AM, GO, RO, BA e PE. O estado de GO, por outro lado, subiu para o outro grupo.

Assim como no momento das candidaturas, as unidades federativas que, no conjunto, mais incluíram mulheres foram as da região Nordeste. O Sudeste é a que apresenta o pior desempenho, como podemos observar na tabela 1. Vale destacar que os quatro estados (ES, MG, RJ e SP) também estiveram abaixo da média nas eleições de 2008.

Tabela 1 - Eleições 2016: Vereador@s eleit@s, por sexo e UF					
UF	Masculino		Feminino		Ambos os sexos
	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo
AC	198	86,5	31	13,5	229
AL	917	85,2	159	14,8	1.076
AM	612	86,9	92	13,1	704
AP	139	81,8	31	18,2	170
BA	3.987	87,7	558	12,3	4.545
CE	1.821	83,7	355	16,3	2.176
ES	763	90,7	78	9,3	841
GO	2.174	87,3	315	12,7	2.489
MA	1.958	82,5	414	17,5	2.372
MG	7.545	89,1	919	10,9	8.464
MS	734	86,9	111	13,1	845
MT	1.215	86,5	189	13,5	1.404
PA	1.493	86,1	241	13,9	1.734
PB	1.899	86,2	304	13,8	2.203
PE	1.816	87,5	259	12,5	2.075
PI	1.777	83,3	357	16,7	2.134
PR	3.393	87,7	475	12,3	3.868
RJ	1.067	90,8	108	9,2	1.175
RN	1.294	78,9	346	21,1	1.640
RO	466	89,6	54	10,4	520
RR	133	86,9	20	13,1	153
RS	4.069	83,6	799	16,4	4.868
SC	2.508	86,5	390	13,5	2.898
SE	668	83,8	129	16,2	797
SP	6.064	87,7	849	12,3	6.913
TO	1.096	84,4	203	15,6	1.299
<b>Total</b>	<b>49.806</b>	<b>86,5</b>	<b>7.786</b>	<b>13,5</b>	<b>57.592</b>

Fonte: TSE, 1/11/2016

### Partidos políticos

Em relação às candidaturas femininas à vereadora por partido político, havíamos destacado que, pela segunda vez em eleições municipais, todos os partidos políticos respeitaram o percentual mínimo de candidaturas femininas previsto na Lei 12.034/2009. Importante ressaltar que tais partidos cumpriram a cota em nível nacional, uma vez que este estudo não se propõe a analisar a anuência deles à lei eleitoral em nível municipal.



Em relação às mulheres eleitas vereadoras por partido político, todos os partidos cumpriram a reserva de cotas prevista na lei eleitoral, nessas eleições e nas de 2012. Eis a grande mudança em relação aos pleitos anteriores (em 2008, por exemplo, nenhum dos 27 partidos cumpriu a cota – então prevista na Lei 9.504/97, que também reservava um percentual mínimo de 30% das vagas nas listas eleitorais ao sexo minoritário em eleições proporcionais). Desta forma, tivemos um percentual elevado de mulheres candidatas, mas o número de eleitas não foi substancial. Isso ocorreu tanto em 2012 quanto em 2016. Naquele ano, o percentual variou de 0% (PCB) a 50% (PSTU). Este ano, os percentuais de mulheres eleitas ficaram entre 0% (PCB) e 25% (NOVO), como se vê na tabela 2.

Acima da média nacional (13,5%), colocam-se: NOVO (25%), PMB (23,7%), PSOL (21,6%), PT (15,7%), PRP (14,7%), PMDB (14,6%), PRB (14,2%), PRTB (14,2%), PP (14,1%), PMN (14,1%), PTB (14%), PSD (13,9%), PDT (13,9%), REDE (13,8%), PSL (13,7%) e PTN (13,6%).

Abaixo da média, estão SD (13,4%), PSDB (13,3%), DEM (13%), PSB (13%), PHS (13%), PSDC (12,7%), PPL (12,6%), PC do B (12,5%), PPS (12,2%), PTC (12,1%), PR (11,8%), PV (11,6%), PROS (11,3%), PSC (11,2%), PT do B (10,1%), PEN (9,4%), PCB (0%), PCO (0%), e PSTU (0%).

Em relação a 2012, permaneceram acima da média os seguintes partidos: PC do B, PTB, PP, PSD, PRTB, PRP, PMDB, PT, PSOL, PMN.

Partidos que estavam acima da média em 2012 e que agora estão abaixo da média são: PSDB, PT do B e PSTU. Mantiveram-se abaixo da média nacional: PCB, PPL, PV, PSDC e PRB. PTN subiu para o primeiro grupo.

Cinco partidos não participaram de eleições de 2012: PROS, NOVO, REDE, SD e PEN.

<b>Tabela 2 – Eleições 2016: Vereador@s eleit@s, por sexo e partido político</b>					
<b>Partido</b>	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>		<b>Ambos os sexos</b>
	<b>Quantitativo</b>	<b>%</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>%</b>	<b>Quantitativo</b>
DEM	2.520	87,0	377	13,0	2.897
NOVO	3	75,0	1	25,0	4
PC do B	878	87,5	126	12,5	1.004
PCB	1	100,0	0	0,0	1
PCO	0	0,0	0	0,0	0
PDT	3225	86,1	519	13,9	3.744
PEN	474	90,6	49	9,4	523
PHS	751	87,0	112	13,0	863
PMB	164	76,3	51	23,7	215
PMDB	6.435	85,4	1.101	14,6	7.536
PMN	451	85,9	74	14,1	525
PP	4.051	85,9	666	14,1	4.717
PPL	97	87,4	14	12,6	111
PPS	1.458	87,8	202	12,2	1.660
PR	2.652	88,2	354	11,8	3.006
PRB	1.376	85,8	228	14,2	1.604
PROS	872	88,7	111	11,3	983
PRP	512	85,3	88	14,7	600
PRTB	333	85,8	55	14,2	388
PSB	3.142	87,0	470	13,0	3.612
PSC	1.349	88,8	170	11,2	1.519
PSD	3.973	86,1	644	13,9	4.617
PSDB	4.636	86,7	710	13,3	5.346
PSDC	363	87,3	53	12,7	416
PSL	749	86,3	119	13,7	868
PSOL	40	78,4	11	21,6	51
PSTU	0	0,0	0	0,0	0
PT	2.360	84,3	441	15,7	2.801
PT do B	434	89,9	49	10,1	483
PTB	2.615	86,0	426	14,0	3.041
PTC	501	87,9	69	12,1	570
PTN	657	86,4	103	13,6	760
PV	1.343	88,4	177	11,6	1.520
REDE	156	86,2	25	13,8	181
SD	1.235	86,6	191	13,4	1.426
<b>Total</b>	<b>49.806</b>	<b>86,5</b>	<b>7.786</b>	<b>13,5</b>	<b>57.592</b>

Fonte: TSE, 1/11/2016



### Faixa etária

No momento das candidaturas, nossa análise destacou que a maioria d@s candidat@s ao cargo de vereador/a era de meia-idade, concentrando-se sobretudo em duas faixas etárias: 40 a 44 anos (15,5% das candidaturas) e dos 45 a 49 anos (também 15,5%). Em um segundo artigo<sup>2</sup>, denunciemos a exclusão de jovens do cenário político e chamamos atenção para o fato de que as mulheres estão mais presentes nas candidaturas jovens: 39,1% d@s candidatos de 18 aos 20 anos de idade são homens e 60,9% são mulheres; e 50,5% d@s candidat@s entre 20 e 24 anos são homens e 49,5% são mulheres. A partir da franja seguinte, as mulheres vão diminuindo. Esse padrão também foi identificado nas eleições anteriores.

Quando passamos para a análise d@s eleit@s, a tendência se mantém. A tabela 3 mostra que as mulheres estão mais presentes em três franjas: 18 a 19 anos (24,8% d@s vereador@s eleit@s nessa faixa etária), 20 a 24 anos (15,6%) e 85 a 89 anos (33,3%). Entendemos que isso ocorre por não se tratarem de franjas dentro da “idade reprodutiva”, quando há expectativas para que mulheres se tornem esposas e mãe e, portanto, têm dificuldades para se envolver em atividades políticas por conta da dupla jornada de trabalho (trabalho remunerado e trabalho doméstico).

---

<sup>2</sup> <http://www.cfemea.org.br/index.php/resumo-da-semana/4601-ana-julia-a-estudante-secundarista-do-parana-nao-esta-sozinha>

Tabela 3 - Eleições 2016: Vereador@s eleit@s, por sexo e idade					
Faixa Etária	Homem		Mulher		Ambos os sexos
	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo
Menor de 16 anos	0	0,0	0	0,0	0
18 a 19 anos	88	75,2	29	24,8	117
20 a 24 anos	922	84,4	170	15,6	1.092
25 a 29 anos	2.733	88,3	362	11,7	3.095
30 a 34 anos	5.555	87,4	801	12,6	6.356
35 a 39 anos	8.125	86,7	1.241	13,3	9.366
40 a 44 anos	8.765	87,4	1.265	12,6	10.030
45 a 49 anos	8.430	86,5	1.317	13,5	9.747
50 a 54 anos	7.042	85,4	1.208	14,6	8.250
55 a 59 anos	4.387	85,1	770	14,9	5.157
60 a 64 anos	2.396	85,2	415	14,8	2.811
65 a 69 anos	933	85,7	156	14,3	1.089
70 a 74 anos	300	87,5	43	12,5	343
75 a 79 anos	98	92,5	8	7,5	106
80 a 84 anos	28	100,0	0	0,0	28
85 a 89 anos	2	66,7	1	33,3	3
100 anos ou mais	2	100,0	0	0,0	2
<b>Total</b>	<b>49.806</b>	<b>86,5</b>	<b>7.786</b>	<b>13,5</b>	<b>57.592</b>

Fonte: TSE, 1/11/2016

### Raça/cor

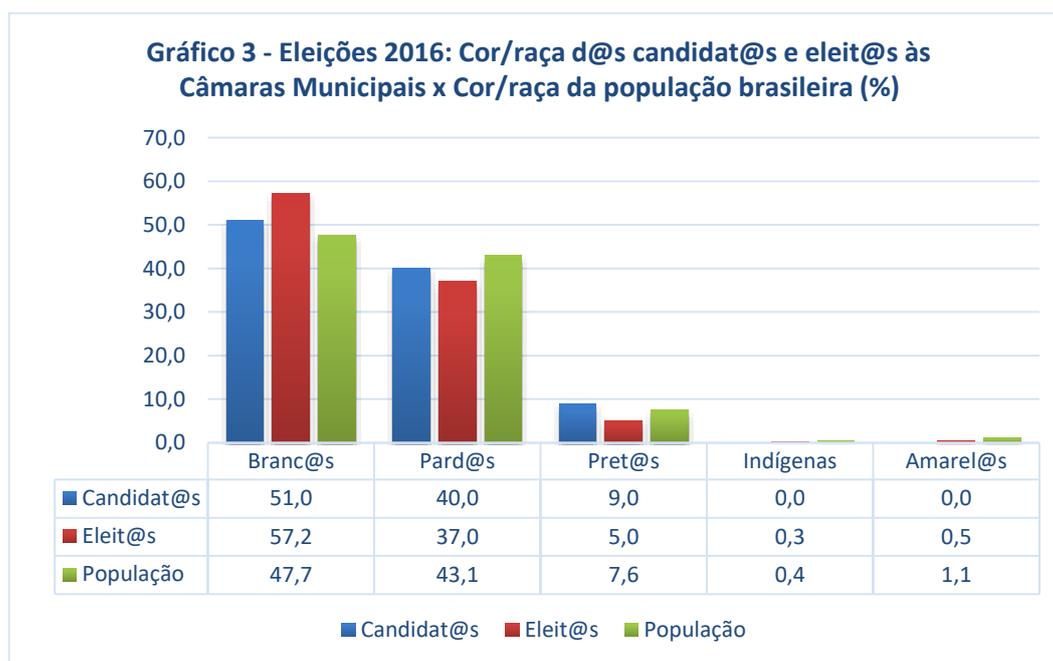
Como mencionamos anteriormente, esta é a primeira eleição municipal em que o TSE disponibilizou dados sobre a raça/cor d@s candidat@s e eleit@s<sup>3</sup>. Na análise das candidaturas, havíamos ressaltado que a maioria (51%) d@s 463.377 candidat@s ao cargo se declararam de cor branca; 40%, de cor parda; 9%, de cor preta; menos de 0,1%, de amarela; e também menos de 0,1% se declarou indígena. Havíamos demonstrado preocupação com a sobre-representação d@s branc@s, visto que el@s são 47,7% da população, 43,1% é parda, 7,6% é preta; 1,1% é de origem oriental e 0,4% é indígena<sup>4</sup>.

Naquele momento, desconfiávamos que a disparidade entre candidat@s e eleitor@s, no que se refere à sua raça/cor, seria ainda menor do que o hiato entre eleit@s e

<sup>3</sup> O TSE utilizou a metodologia da autotranscrição na coleta de dados, empregando as mesmas categorias da classificação do IBGE: branca, preta, parda, indígena e amarela (de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana etc.).

<sup>4</sup> Censo Demográfico 2010.

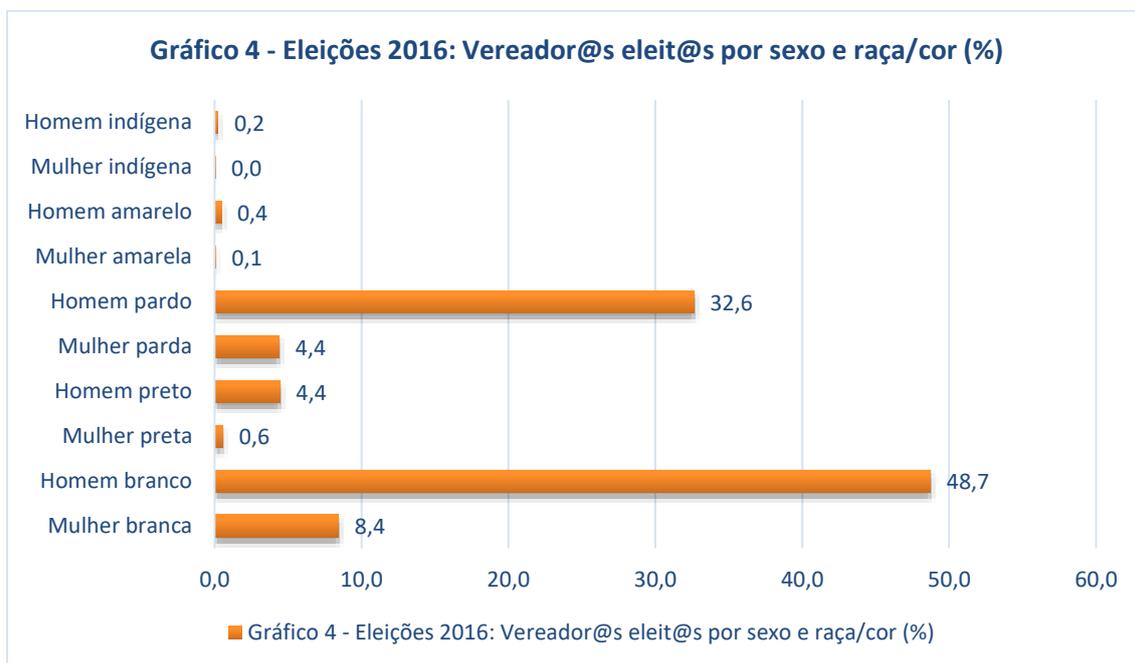
eleitor@s. Nossa desconfiança se confirmou. À medida em que se avança na disputa eleitoral, acentua-se a sub-representação de negr@s (categorias raça/cor pret@ e pard@). Desta forma, testamos a seguinte: a sub-representação não é causada exclusivamente pelo menor número de negras entre @s candidat@s<sup>5</sup>, como se pode observar no gráfico 3.



Fonte: TSE, 25/10/2016; IBGE, 2010.

Aprofundando a análise interseccional, vale apontar que os grupos menos representados no processo eleitoral são: mulher indígena (menos de 0,1%), mulher amarela (0,1%) e mulher preta (0,6%). O gráfico 4 apresenta uma boa disposição visual desses dados, chamando a atenção para a sobre-representação de homens brancos (48,7% do total). Quanto às disparidades raciais intra-grupos de gênero, não observamos diferença significativa: pret@s e indígenas são minoria absoluta tanto entre as mulheres quanto entre os homens, como apontam as tabelas 4 e 5.

<sup>5</sup> CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos (2015). A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 121-151. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00121.pdf>>, acesso em 25/10/2016.



Fonte: TSE, 1/11/2016; IBGE, 2010.

**Tabela 4 - Eleições 2016:  
Vereadores eleitos por raça/cor**

Raça/cor	Homens	
	Quantitativo	%
Branca	28.061	56,3
Preta	2.559	5,1
Parda	18.788	37,7
Amarela	259	0,5
Indígena	139	0,3
<b>Total</b>	<b>49.806</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TSE, 1/11/2016

**Tabela 5 - Eleições 2016:  
Vereadoras eleitas por raça/cor**

Raça/cor	Mulheres	
	Quantitativo	%
Branca	4.861	62,4
Preta	328	4,2
Parda	2.538	32,6
Amarela	38	0,5
Indígena	21	0,3
<b>Total</b>	<b>7.786</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TSE, 1/11/2016



## ANÁLISE 2: Prefeitas eleitas

### Em 2016:

- Em 2016, as mulheres representaram 13% das candidaturas, totalizando 2.150 candidatas em um total de 16.568 candidat@s.
- Foram eleitas 641 mulheres (11,6% do total) e 4.898 homens (87,4%), totalizando 5.539 prefeit@s eleit@s.

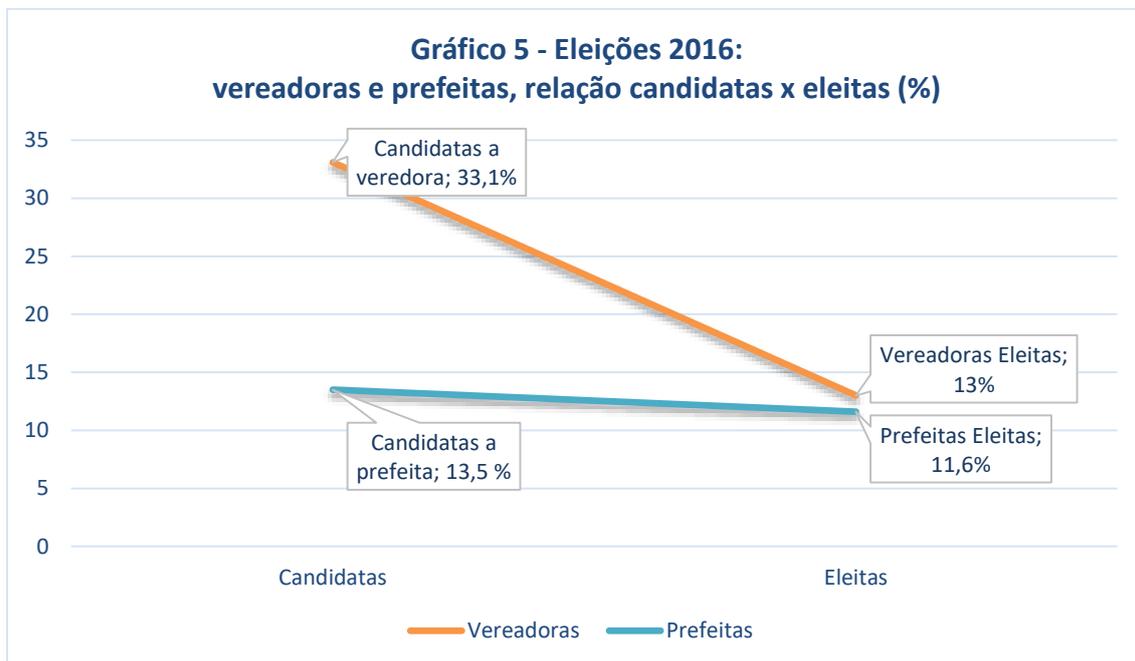
### Em 2012:

- Em 2012, as mulheres representaram 12,6% das candidaturas, totalizando 1.938 candidatas em um total de 15.438 candidat@s.
- Foram eleitas 591 mulheres (11% do total de eleit@s) e 4.806 homens (89%), totalizando 5.397 eleit@s.

Nessas eleições, o primeiro turno elegeu 5.482 prefeit@s: 4.842 homens (88,3%) e 640 mulheres (11,7%). 57 cidades não tiveram candidat@ vencedor naquele momento, então seguiram para a disputa de segundo turno. Quase tod@s @s 57 prefeit@s eleit@s na segunda votação foram homens: 56 (98,2%) prefeitos eleitos e uma prefeita eleita (1,8%).

**Constatação:** Houve um aumento em números absolutos de prefeit@s eleit@s (142 a mais do que no pleito anterior) e um crescimento absoluto de prefeitas eleitas (50 a mais do que em 2012), o que representou menos de um ponto percentual (0,6 ponto) em relação a 2012. Nota-se, portanto, que se reduziu o ritmo de crescimento da eleição de mulheres, já que de 2008 para 2012, as prefeitas ampliaram a sua participação em 1,9 pontos percentuais, passando de 9,1% para 11% do total de prefeit@s eleit@s.

**Constatação 2:** Ao contrário do que prega o senso comum, que a disputa pelo Executivo impõe muito mais interdições às mulheres e, portanto, seria de se esperar que a relação candidatas-eleitas é aqui mais dramática, observamos que o abismo entre candidatura e eleição de mulheres foi menor entre as prefeitas do que entre as vereadoras, como mostra o gráfico 5. Apesar de não contempladas pela lei de cotas, dada a natureza de seu cargo (eleição majoritária), ainda obtiveram crescimento significativamente maior do que o que foi verificado no caso das vereadoras.



Vimos, então, que a relação entre candidatas e eleitas é muito menor no caso das vereadoras (cargo em que atua a cota) do que no das prefeitas (cargo em que não atua a cota). Como se explica isso? Parece-nos que, apesar de terem respeitado a lei de cotas em 2012 e 2014, e apesar de terem apresentado mais candidatas a vereadora ao longo dos anos, os partidos não ofereceram mulheres com chances reais de eleição. Isso indica, de forma geral, problemas no funcionamento da cota. A questão, contudo, não é relacionado à ineficiência da regra, mas ao desrespeito dos partidos políticos, que encontram escapes na norma e formas de burlá-la, o que diminui sua efetividade.

Como instituições conservadoras que são, os partidos preferem convocar candidatas laranjas e continuar responsabilizando as mulheres por sua baixa representação, afirmando que elas não se interessam por política, o que é uma grande falácia. Sabemos que a sub-representação política de mulheres não é fruto da falta de interesse por parte delas, e sim resultado de um processo cultural e institucional muito complexo. Grosso modo, os motivos dessa sub-representação vão desde fatores culturais até o sistema político, mas são sempre estruturais, ancorados em valores de sistemas ideológicos excludentes como o patriarcado e o capitalismo.

Sabemos também que essa sub-representação não é responsabilidade exclusiva do eleitorado. Como afirma Iáris Cortes, uma das fundadoras do CFEMEA, ao mesmo



tempo em que a população brasileira reconhece a importância das mulheres no poder, ao eleger a primeira mulher presidenta do país, pouca coisa avança no cotidiano da ação política, especialmente via partidos políticos, que são as instâncias que determinam o acesso à política institucional e que têm papel importante na mudança do sistema político. Pesquisas mostram que os eleitores estão cada vez mais simpáticos à entrada das mulheres na política eleitoral: 74% sustenta que a garantia da democracia depende da presença de mulheres nos espaços de poder e 78% acha que os partidos devem apresentar uma lista de candidatos composta por metade de homens e metade de mulheres (pesquisa Instituto Patrícia Galvão e Ibope, 2013).

Isso não significa, portanto, que a cota deva ser desacreditada. Pelo contrário. Ela é o mais forte mecanismo institucional obrigatório existente para lutar contra a sub-representação de mulheres em cargos políticos. O que os dados apontam é que ela precisa ser aprimorada de forma a tornar-se efetiva. Deve-se, portanto, investir em articulação e mobilização para garantir que a cota seja respeitada e que não se limite ao aspecto puramente matemático.

Neste sentido, os movimentos feministas e aliados atuam sistematicamente, desde o início do período democrático, no sentido de propor uma reforma que transforme nosso sistema político em um realmente justo e democrático. O movimento demanda uma reforma com autonomia em relação aos partidos políticos, a partir de uma perspectiva feminista e pensada de uma forma ampla, abarcando todos os espaços de expressão política. Entre as principais demandas para o sistema eleitoral estão<sup>6</sup>:

- Aprimorar o mecanismo de cotas;
- Fortalecer outras ações afirmativas além da cota, ampliando percentual de reserva do tempo de propaganda partidária e do Fundo Partidário para ações de incentivo às candidaturas de mulheres;
- Adotar o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais;
- Combater o racismo em espaços de poder e decisão.

---

<sup>6</sup> Ver Agenda Feminista para a democratização do poder na reforma política - Subsídios para a incidência política: <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4347-agenda-feminista-para-a-democratizacao-do-poder-na-reforma-politica-subsidios-para-a-incidencia-politica>. Ver também a cartilha da Plataforma dos Movimentos Sociais Pela Reforma do Sistema Político, em <http://www.reformapolitica.org.br/noticias/artigos/1555-quer-saber-sobre-as-propostas-da-plataforma-para-o-sistema-politico-acesse-aqui-a-nossa-cartilha.html>



## Estados

Entre as unidades federativas, constata-se uma grande discrepância quanto à eleição de prefeitas. O estado que mais elegeu mulheres, novamente, foi o Rio Grande do Norte (28,1%) e o que menos teve prefeitas eleitas, mais uma vez, foi um estado do Sudeste: o Espírito Santo (5,2%).

Acima ou igual à média nacional (11,6%), encontram-se: RN (28,1%), RR (26,7%), AL (20,6%), MA (19%), AP (18,8%), TO (18%), PB (17,5%), SE (14,9%), GO (14,6%), PA (14,6%), PE (14,1%), CE (13,6%), BA (13,5%), RO (13,5%),

Abaixo da média, colocam-se: SP (11,3%), MT (10,7%), PI (9,4%), AC (9,1%), MS (8,9%), RJ (8,7%), AM (8,2%), SC (8,2%), PR (7,3%), MG (7,3%), RS (6,2%) e ES (5,2%).

Em relação a 2012, quando a média nacional foi 11%, Rondônia, Pernambuco e Goiás subiram para o primeiro grupo. Permaneceram acima da média nacional os seguintes estados: Sergipe, Bahia, Pará, Roraima, Alagoas, Ceará, Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte, Amapá e Paraíba.

Desceram para abaixo da média: Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Permaneceram abaixo da média os estados: Acre, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Amazonas, Espírito Santo, Piauí, Paraná, São Paulo e Mato Grosso.

Considerando cada região do país, os percentuais de mulheres eleitas mais baixos estão nas regiões Sul e Sudeste. Observa-se que, em 2012 e 2008, o quadro foi o mesmo: o menor percentual também foi dessas regiões, enquanto Norte e Nordeste ficaram acima da média. Os dados se encontram na tabela 6.

Cabe destacar que, dentre as 57 prefeituras eleitas em segundo turno, houve somente uma mulher, eleita no estado de Pernambuco.

Tabela 6 - Eleições 2016: Prefeit@s eleit@s, por sexo e UF					
UF	Masculino		Feminino		Ambos os sexos
	Quantitativo	%	Quantitativo	%	Quantitativo
AC	20	90,9	2	9,1	22
AL	81	79,4	21	20,6	102
AM	56	91,8	5	8,2	61
AP	13	81,3	3	18,8	16
BA	359	86,5	56	13,5	415
CE	159	86,4	25	13,6	184
ES	73	94,8	4	5,2	77
GO	210	85,4	36	14,6	246
MA	175	81,0	41	19,0	216
MG	791	92,7	62	7,3	853
MS	72	91,1	7	8,9	79
MT	125	89,3	15	10,7	140
PA	123	85,4	21	14,6	144
PB	184	82,5	39	17,5	223
PE	158	85,9	26	14,1	184
PI	202	90,6	21	9,4	223
PR	366	92,7	29	7,3	395
RJ	84	91,3	8	8,7	92
RN	120	71,9	47	28,1	167
RO	45	86,5	7	13,5	52
RR	11	73,3	4	26,7	15
RS	456	93,8	30	6,2	486
SC	270	91,8	24	8,2	294
SE	63	85,1	11	14,9	74
SP	568	88,8	72	11,3	640
TO	114	82,0	25	18,0	139
<b>Total</b>	<b>4.898</b>	<b>88,4</b>	<b>641</b>	<b>11,6</b>	<b>5.539</b>

Fonte: TSE, 1/11/2016

## Partidos políticos

Quanto aos partidos políticos, destaca-se uma grande diferença entre eles: o percentual de mulheres vai de 50% (PMN) a nenhuma prefeita eleita (PL, PRTB, PSOL, REDE)<sup>7</sup>. No momento das candidaturas, os índices de representação das mulheres nas Prefeituras variavam de 0% (PCB, que, pela segunda vez consecutiva, ficou em último lugar) a 100% (NOVO, partido recém-criado que tomou a colocação do PCO, que havia ficado com a melhor posição em 2012 e 2008).

Igual ou acima da média nacional (11,6%), colocam-se: PMB (50%), PTC (20%), PTN (20%), PSL (16,1%), PR (16,1%), PV (14,6%), PT do B (14,3%), PC do B (13,6%), DEM (13,5%), PSD (13,5%), PROS (13,5%), PMDB (12,3%) e PSB (11,6%).

Abaixo da média, encontram-se: PT (11,4%), PRP (11,1%), PSDC (11,1%), PDT (10,7%), PTB (10,7%), PMN (10,7%), PRB (10,5%), PP (9,8%), PSDB (9,7%), SD (9,5%), PEN (7,1%), PPS (6,6%), PSC (4,6%), PHS (2,7%), os partidos que não elegeram mulheres, apesar de terem eleito homens (PPL, PRTB, PSOL e REDE), e os partidos que não elegeram nem mulheres, nem homens (NOVO, PCB, PCO e PSTU).

Mais uma vez, lembramos que PROS, NOVO, REDE, SD e PEN não participaram de eleições de 2012. Comparando com aquele ano, mantiveram-se acima da média PSB, PMDB, PR, PSL, PT do B e PTC. Os partidos que subiram foram: PC do B, PTN, DEM, PV e PSD.

Mantiveram-se abaixo da média: PPL, PSOL, PDT, PRP, PSC, PPS, PP, PT e PMN. Caíram para abaixo da média os seguintes partidos: PTB, PRB, PSDB, PRTB, PHS e PSDC.

Vale fazer uma breve consideração sobre o segundo turno: d@s 57 eleit@s, somente 1 foi mulher, eleita pelo PSDB. Observa-se, portanto, que diversos partidos incluídos no espectro da esquerda falharam em incluir mulheres. Mais que isso: essas legendas perderam um enorme espaço de representação. No segundo turno, os partidos que mais conseguiram eleger prefeit@s foram PSDB (14 cidades) e PMDB (9 prefeitos) - ver nas

---

<sup>7</sup> NOVO, PCB, PCO e PSTU também não elegeram mulheres, mas, por outro lado, também não elegeram nenhum homem.

tabelas 7 e 8. Como destacou Priscilla Brito para a Universidade Livre Feminista<sup>8</sup>, ao fim do processo eleitoral, a esquerda recuou: somente o PC do B ganhou uma prefeitura (Aracaju), enquanto PT e o PSOL não tiveram vitória em nenhuma das cidades que disputavam: o PT estava no segundo turno em sete prefeituras, e o PSOL, em duas.

Tabela 7 - Eleições 2016: Prefeit@s eleit@s, por sexo e partido político - Dois turnos									
Partido	Homens				Mulheres				Ambos os sexos
	1o turno	2o turno	Dois turnos	%	1o turno	2o turno	Dois turnos	%	Quantitativo
DEM	228	2	230	86,5	36	0	36	13,5	266
NOVO	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0	0
PC do B	69	1	70	85,2	11	0	11	13,6	81
PCB	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0	0
PCO	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0	0
PDT	296	3	299	88,4	36	0	36	10,7	335
PEN	13	0	13	92,9	1	0	1	7,1	14
PHS	35	1	36	94,6	1	0	1	2,7	37
PMB	1	1	2	25,0	2	0	2	50,0	4
PMDB	901	9	910	86,8	128	0	128	12,3	1.038
PMN	24	1	25	85,7	3	0	3	10,7	28
PP	444	0	444	90,2	48	0	48	9,8	492
PPL	4	0	4	100,0	0	0	0	0,0	4
PPS	109	5	114	89,3	8	0	8	6,6	122
PR	248	3	251	82,9	48	0	48	16,1	299
PRB	92	2	94	87,6	11	0	11	10,5	105
PROS	45	0	45	86,5	7	0	7	13,5	52
PRP	16	0	16	88,9	2	0	2	11,1	18
PRTB	10	0	10	100,0	0	0	0	0,0	10
PSB	363	4	367	87,5	48	0	48	11,6	415
PSC	83	0	83	95,4	4	0	4	4,6	87
PSD	465	2	467	86,1	73	0	73	13,5	540
PSDB	711	13	724	88,5	78	1	79	9,7	803
PSDC	8	0	8	88,9	1	0	1	11,1	9
PSL	26	0	26	83,9	5	0	5	16,1	31
PSOL	2	0	2	100,0	0	0	0	0,0	2
PSTU	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0	0
PT	225	0	225	88,6	29	0	29	11,4	254

<sup>8</sup> <http://feminismo.org.br/eleicoes-2016-resultado/>

PT do B	12	0	12	85,7	2	0	2	14,3	14
PTB	231	2	233	88,5	28	0	28	10,7	261
PTC	12	0	12	80,0	3	0	3	20,0	15
PTN	23	1	24	76,7	6	0	6	20,0	30
PV	85	3	88	82,5	15	0	15	14,6	103
REDE	5	2	7	71,4	0	0	0	0,0	7
SD	56	1	57	88,9	6	0	6	9,5	63
<b>Total</b>	<b>4.842</b>		<b>4.898</b>	<b>87,4</b>	<b>640</b>	<b>1</b>	<b>641</b>	<b>11,6</b>	<b>5.539</b>

Fonte: TSE, 1/11/2016

Tabela 8 - Eleições 2016: Prefeitur@s eleit@s no segundo turno por cidade, UF, partido político, sexo, raça/cor e faixa etária						
Cidade	UF	Eleito	Partido	Sexo	Raça/cor	Faixa etária
Anápolis	GO	Roberto do Orion	PTB	M	Branca	35 a 39 anos
Aracaju	SE	Edvaldo Nogueira	PCdoB	M	Parda	55 a 59 anos
Bauru	SP	Gazzetta	PSD	M	Branca	45 a 49 anos
Belém	PA	Zenaldo Coutinho	PSDB	M	Branca	55 a 59 anos
Belford Roxo	RJ	Waguinho	PMDB	M	Branca	40 a 44 anos
Belo Horizonte	MG	Kalil	PHS	M	Branca	55 a 59 anos
Blumenau	SC	Napoleão Bernardes	PSDB	M	Branca	30 a 34 anos
Campo Grande	MS	Marquinhos Trad	PSD	M	Parda	50 a 54 anos
Canoas	RS	Busato	PTB	M	Branca	65 a 69 anos
Cariacica	ES	Juninho	PPS	M	Parda	45 a 49 anos
Caruaru	PE	Raquel Lyra	PSDB	F	Branca	35 a 39 anos
Caucaia	CE	Naumi Amorim	PMB	M	Parda	45 a 49 anos
Caxias do Sul	RS	Daniel Guerra	PRB	M	Branca	40 a 44 anos
Contagem	MG	Alex de Freitas	PSDB	M	Parda	40 a 44 anos



Análise  
Eleições Municipais 2016



Cuiabá	MT	Emanuel Pinheiro	PMDB	M	Branca	50 a 54 anos
Curitiba	PR	Rafael Greca	PMN	M	Branca	60 a 64 anos
Diadema	SP	Lauro Michels	PV	M	Branca	30 a 34 anos
Duque de Caxias	RJ	Washington Reis	PMDB	M	Branca	45 a 49 anos
Franca	SP	Gilson de Souza	DEM	M	Branca	60 a 64 anos
Goiânia	GO	Iris Rezende	PMDB	M	Branca	80 a 84 anos
Guarulhos	SP	Guti	PSB	M	Branca	30 a 34 anos
Guarujá	SP	Dr. Valter Suman	PSB	M	Branca	55 a 59 anos
Florianópolis	SC	Gean Loureiro	PMDB	M	Branca	40 a 44 anos
Fortaleza	CE	Roberto Claudio	PDT	M	Branca	40 a 44 anos
Jaboatão dos Guararapes	PE	Anderson Ferreira	PR	M	Branca	40 a 44 anos
Joinville	SC	Udo Dohler	PMDB	M	Branca	70 a 74 anos
Juiz de Fora	MG	Bruno Siqueira	PMDB	M	Branca	40 a 44 anos
Jundiaí	SP	Luiz Fernando Machado	PSDB	M	Branca	35 a 39 anos
Macapá	AP	Clécio	Rede	M	Branca	40 a 44 anos
Maceió	AL	Rui Palmeira	PSDB	M	Branca	40 a 44 anos
Manaus	AM	Artur Neto	PSDB	M	Branca	70 a 74 anos
Maringá	PR	Ulisses Maia	PDT	M	Branca	45 a 49 anos
Mauá	SP	Átila Jacomussi	PSB	M	Branca	40 a 44 anos
Montes Claros	MG	Humberto Souto	PPS	M	Branca	80 a 84 anos
Niterói	RJ	Rodrigo Neves	PV	M	Branca	40 a 44 anos

Nova Iguaçu	RJ	Rogério Lisboa	PR	M	Branca	45 a 49 anos
Olinda	PE	Professor Lupercio	SD	M	Parda	45 a 49 anos
Osasco	SP	Rogério Lins	PTN	M	Parda	35 a 39 anos
Petrópolis	RJ	Bernardo Rossi	PMDB	M	Branca	35 a 39 anos
Ponta Grossa	PR	Marcelo Rangel Cruz Oliveira	PPS	M	Branca	45 a 49 anos
Porto Alegre	RS	Nelson Marchezan Junior	PSDB	M	Branca	40 a 44 anos
Porto Velho	RO	Dr. Hildon	PSDB	M	Branca	45 a 49 anos
Recife	PE	Geraldo Julio	PSB	M	Branca	45 a 49 anos
Ribeirão Preto	SP	Duarte Nogueira	PSDB	M	Branca	50 a 54 anos
Rio de Janeiro	RJ	Marcelo Crivella	PRB	M	Branca	55 a 59 anos
Santo André	SP	Paulo Serra	PSDB	M	Branca	40 a 44 anos
São Bernardo do Campo	SP	Orlando Morando	PSDB	M	Branca	40 a 44 anos
São Gonçalo	RJ	Dr. José Luiz Nanci	PPS	M	Parda	60 a 64 anos
São Luís	MA	Edivaldo Holanda Junior	PDT	M	Branca	35 a 39 anos
Santa Maria	RS	Pozzobom	PSDB	M	Branca	45 a 49 anos
Serra	ES	Audifax	Rede	M	Branca	50 a 54 anos
Sorocaba	SP	Crespo	DEM	M	Branca	60 a 64 anos
Suzano	SP	Rodrigo Ashiuchi	PR	M	Branca	35 a 39 anos
Vila Velha	ES	Max Filho	PSDB	M	Branca	45 a 49 anos
Vitória	ES	Luciano	PPS	M	Branca	50 a 54 anos
Vitória da Conquista	BA	Herzem Gusmão	PMDB	M	Parda	65 a 69 anos



## Análise Eleições Municipais 2016



Volta Redonda	RJ	Samuca Silva	PV	M	Branca	35 a 39 anos
---------------	----	--------------	----	---	--------	--------------

Fonte: TSE, 01/11/2016

### Faixa etária

No momento das candidaturas, nossa análise destacou que a maioria d@s candidat@s ao cargo de prefeit@ estava na faixa de 50 a 54 anos (3.000 candidat@s, ou 18,1%) e dos 45 a 59 anos (2.796, ou 16,9% do total), e indicou a exclusão d@s jovens entre 20 e 24, franja em que se concentram as candidaturas de mulheres.

Após o resultado das eleições, verificamos que a tendência se mantém. As prefeitas mulheres estão mais presentes na faixa dos 20 aos 29 anos<sup>9</sup>: elas são 26 d@s 139 prefeit@s dessa idade, ou 16,5%. Os dados estão mais detalhados na tabela 9. Como destacamos anteriormente, a presença das mulheres vai decaindo à medida que a idade aumenta, e isso está relacionado ao ciclo de vida das mulheres, à heteronormatividade e à divisão sexual do trabalho. O fenômeno é observado em cargos executivos e legislativos, em níveis locais, estaduais e municipais, como pode ser concluído com a análise dos resultados de todos os pleitos, como fizemos na Série Histórica Mulheres e Eleições 1996-2012<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Somando as categorias 20 a 24 anos e 25 a 29 anos.

<sup>10</sup> <http://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes/publicacoes/4460-serie-historica-mulheres-e-eleicoes-1996-2012>

<b>Tabela 9 - Eleições 2016: Prefeit@s eleit@s, por sexo e idade</b>					
<b>Faixa Etária</b>	<b>Homem</b>		<b>Mulher</b>		<b>Ambos os sexos</b>
	<b>Quantitativo</b>	<b>%</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>%</b>	<b>Quantitativo</b>
Menor de 16 anos	0	0,0	0	0,0	0
18 a 19 anos	0	0,0	0	0,0	0
20 a 24 anos	13	86,7	2	13,3	15
25 a 29 anos	103	83,1	21	16,9	124
30 a 34 anos	313	88,2	42	11,8	355
35 a 39 anos	560	87,2	82	12,8	642
40 a 44 anos	688	86,9	104	13,1	792
45 a 49 anos	827	88,5	107	11,5	934
50 a 54 anos	911	89,0	113	11,0	1.024
55 a 59 anos	629	87,8	87	12,2	716
60 a 64 anos	457	89,3	55	10,7	512
65 a 69 anos	226	93,0	17	7,0	243
70 a 74 anos	123	93,2	9	6,8	132
75 a 79 anos	33	97,1	1	2,9	34
80 a 84 anos	11	91,7	1	8,3	12
85 a 89 anos	3	100,0	0	0,0	3
100 anos ou mais	1	100,0	0	0,0	1
<b>Total</b>	<b>4.898</b>	<b>88,4</b>	<b>641</b>	<b>11,6</b>	<b>5.539</b>

Fonte: TSE, 1/11/2016

### Raça/cor

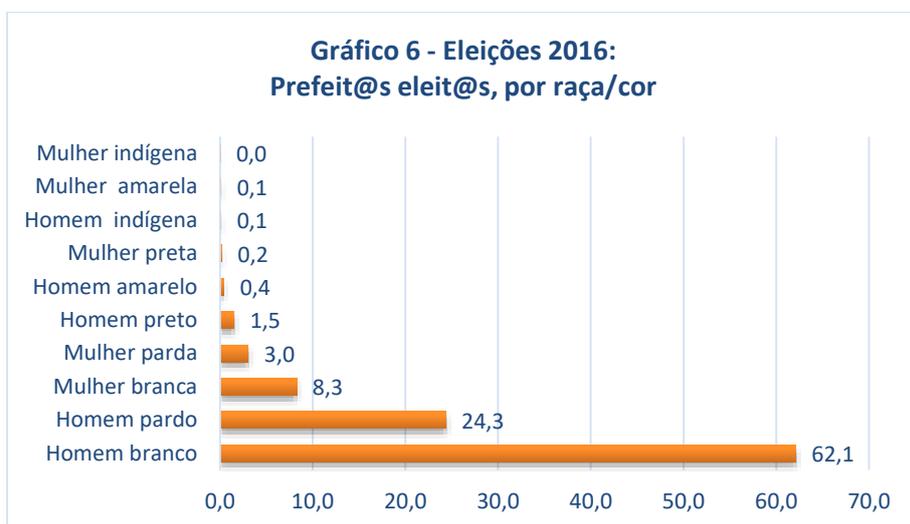
Como pudemos observar na seção anterior, o padrão de sub-representação de negr@s e indígenas é uma característica marcante do sistema político brasileiro e da disputa eleitoral. Recordemos que, d@s 16.568 candidat@s a prefeit@s, 11.003 (66,4%) se declararam de cor branca; 4.913 (29,7%) de cor parda; 527 (3,2%) de cor preta; 95 (0,6%) de amarela e 30 (0,2%) se declararam indígenas. Após o fim da disputa, 70,3% d@s prefeit@s eleit@s é de cor branca, 27,4% é parda, 1,7% é de cor preta, 0,5% é de origem oriental e 0,1% é indígena.

Inserindo a dimensão de gênero, observamos que os grupos menos representados são: Mulher indígena (menos de 0,1% d@s prefeit@s), homem indígena (0,1%), mulher amarela (0,1%) e mulher preta (0,2%). Se compararmos esses resultados com o peso dos mencionados grupos na sociedade, notaremos que o déficit maior, proporcionalmente, é referente às mulheres pretas. As negras, portanto, são a parte da

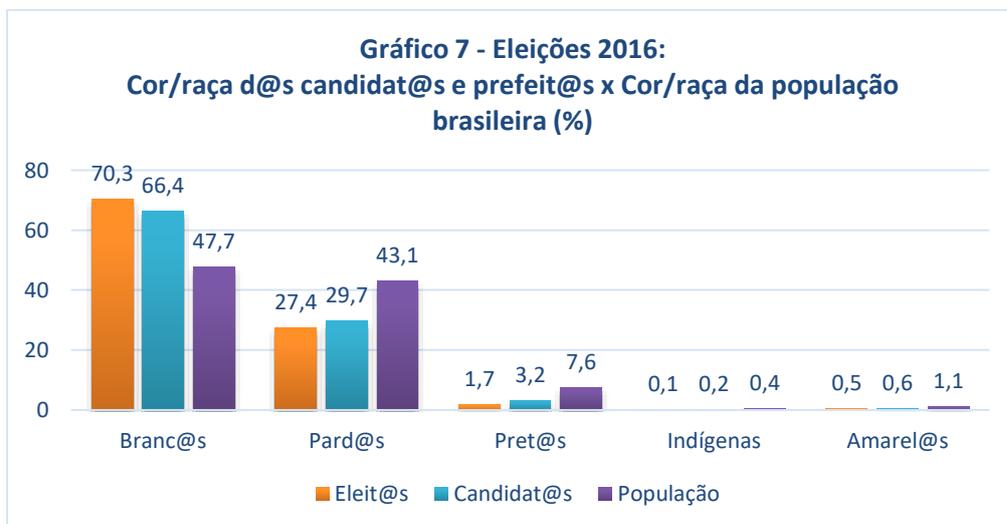
sociedade mais é sub-representada nas eleições deste ano, como ilustram a tabela 10 e os gráficos 6 e 7.

<b>Cor/Raça</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>%</b>
Branca	3.896	70,3
Preta	93	1,7
Parda	1.516	27,4
Amarela	28	0,5
Indígena	6	0,1
<b>Total</b>	<b>5.539</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TSE, 1/11/2016



Fonte: TSE, 1/11/2016



Fonte: TSE, 1/11/2016



## Considerações finais

Encerramos esta análise resgatando a preocupação de Priscilla Brito<sup>11</sup>: “apesar de algumas candidatas feministas, com campanhas posicionadas, terem conquistado boas votações como vereadoras, em boa parte das cidades os partidos de esquerda perderam espaço nas câmaras. Na atual conjuntura política essa é uma importante base de apoio para o governo golpista de Michel Temer”. Como ela destaca, Marcelo Crivella, pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, marca a chegada de um candidato ligado às igrejas evangélicas à prefeitura de uma grande capital, o Rio de Janeiro. Para a especialista Christina Vital (UFF), este é um passo fundamental na estratégia do segmento evangélico de ocupar o Executivo federal para chegar ao Judiciário<sup>12</sup>. Para ela, alcançar a Presidência da República é importante para os conservadores como estratégia para barrar no Supremo Tribunal Federal temas de minorias.

No mesmo sentido, para o sociólogo Roberto Dutra (Unef), há temas específicos que motivam o voto do eleitorado evangélico, com destaque para o campo da moral e dos costumes<sup>13</sup>. Haveria uma tendência do Governo Temer de tentar usar essa pauta dos costumes para fidelizar esse eleitorado evangélico, que é mais pobre (apesar de, ao mesmo tempo, adotar uma política socialmente insensível de redução do gasto social). Já a esquerda estaria se distanciando desses seguimentos, ainda segundo Dutra, porque não consegue ver a possibilidade de disputar sua fidelidade eleitoral e ideológica: “a identificação dos evangélicos com a pauta política de seus líderes vem em alguns casos por pura falta de alternativa e compreensão dos setores ditos mais esclarecidos da sociedade que não conseguem compreender que o tema da família não é necessariamente conservador”.

Para Dutra, o PT se afastou dos mais pobres nos últimos anos, perdendo espaço. Observamos isso nas eleições: o partido elegeu somente 4,6% d@s nov@s prefeit@s e 4,9% d@s vereador@s. Nossa análise indicou a ampla presença de partidos conservadores e com perspectivas religiosas/ fundamentalistas às Câmaras Municipais e Prefeituras, o que dificultará ainda mais o avanço de projetos progressistas e da agenda feminista. É preciso conhecer a fundo os compromissos e propostas d@s

<sup>11</sup> <http://feminismo.org.br/eleicoes-2016-resultado/>

<sup>12</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1827942-estrategia-evangelica-e-ocupar-o-executivo-para-chegar-ao-judiciario-diz-pesquisadora.shtml?cmpid=compfb>

<sup>13</sup> [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/politica/1464213018\\_877456.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/25/politica/1464213018_877456.html)



## Análise Eleições Municipais 2016



nov@s prefeit@s, sobretudo das capitais brasileiras. Por isso, este ano, além de realizar as tradicionais análises de mulheres candidatas e eleitas, o CFEMEA decidiu investigar o perfil d@s profeit@s eleit@s nas capas do país e conhecer suas intenções para as mulheres, a população negra e indígena e a comunidade LGBT. O objetivo é contribuir para o debate acerca da representação desta população não só a partir do ponto de vista descritivo (presença), mas também do substantivo (plataformas e ideias). Cientes que as interpretações possíveis são muitas, esperamos ajudar a fazer avançar esta reflexão. A análise estará disponível em nosso site, para leitura e debate, ao final de novembro. Recomendamos também que @ leitor/a conheça a plataforma #MeRepresenta<sup>14</sup>, que divulga as posições de candidat@s sobre pautas relevantes à construção das igualdades de gênero, racial e de orientação sexual.

---

<sup>14</sup> Resultado de uma parceria entre as campanhas #VoteLGBT, #AgoraéQueSãoElas, a Rede Feminista de Juristas (#DeFEMde), a Rede Nossas Cidades (Meu Rio, Minha Sampa, Minha Porto Alegre e Meu Recife), CFEMEA e o grupo LGBT Brasil. Disponível em <http://merepresenta.org.br/>